



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 002

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
PFL	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cheida - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 002

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	03
Telegramas	04
Indicações	04
Designação	08
Requerimentos	08
Projetos de Lei Complementar	12
Projetos de Lei	13

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti21

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto21

Horário das Lideranças:

Liderança do PSB

Dep. Reni Pereira.....25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente27

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

1ª Discussão28

Discussão Única (Proposições)..28

Requerimentos34

Encerramento da Sessão35

DIÁRIO Nº 002

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões,

Cheida, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohammad Ali, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados Ademar Traiano, Caíto Quintana, Geraldo Cartário e Osmar Bertoldi (04).

Justificada a ausência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Apenas uma sugestão, já que há administração nova na Casa, que na confecção da Ata, fosse colocado um resumo, uma súmula, do pronunciamento de cada Deputado, anotado quem usou da palavra, se cicrano, se beltrano. Acho que até para os Anais da história, se amanhã ou depois alguém for pesquisar sobre alguma matéria abordada, não há nenhuma referência. É apenas uma sugestão, para que houvesse pelo menos um resumo, uma síntese, do teor do discurso de cada Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a sugestão de V. Exa. Deputado Antonio Belinati. Ocorre que a leitura da Ata, nós apenas resumimos e fazemos menção aos Deputados que se pronunciaram na Assembléia, na Sessão Plenária. Até porque se nós fôssemos relatar o que cada um falou e quantos falaram, tomaríamos muito tempo. Mas, há um resumo do que foi lido, e nos Anais da Casa fica registrado. Apenas a 2ª Secretária, quando lê, faz apenas uma menção. Mas, na Casa fica efetivamente o que cada Deputado falou, palavra por palavra.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagem***

MENSAGEM Nº 005/07

Curitiba, 26 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante decreto, transformar cargos em comissão, mantida a natureza de provimento e que não haja nenhum aumento de despesa para o Erário.

Tal medida legal é indiscutivelmente necessária e oportuna, eis que ensejará condições no sentido de que, com redefinição na lotação de cargos entre as várias unidades da estrutura interna dos órgãos do Poder Executivo, nas denominações e quantificações compatíveis com as reais necessidades administrativas específicas, possibilitarão, sem qualquer sombra de dúvida, pleno desempenho da máquina pública, proporcionando melhor atendimento e celeridade nas ações governamentais, em atendimento aos anseios do cidadão.

Merece destacar que não se trata de forma legal inovadora ou só agora concedida, pois vários diplomas legais autorizaram a figura da “transformação de cargos comissionados”, por ser considerada conveniente e de simples implantação, pois atende às reais necessidades administrativas, não só pela possibilidade de execução paulatina mas, também, porque opera-se sem aumento de

despesas orçamentárias. Entre outros vários dispositivos autorizatórios de transformações iguais ou semelhantes à ora proposta, cita-se o artigo 12, da Lei nº 13.667, de 05 de julho de 2002, o artigo 5º, da Lei nº 15.466, de 31 de janeiro de 2007 e, ainda, o parágrafo 2º do artigo 104, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 (Lei da Estrutura Básica e Sistema de Administração do Poder Executivo), dispondo este *in verbis* que: *Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos de provimento em comissão para a implantação das estruturas organizacionais decorrentes desta lei.*

Por outro lado, vale mencionar que não há porque falar-se em impacto financeiro, tendo em vista que, conforme já esclarecido e expresso na redação do anexo anteprojeto, a medida somente será implantada sem aumento de despesa com a folha de pagamento de pessoal, sendo possível, até que ocorra com redução de gastos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, proceder transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 025/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei Complementar nº

436/06: de autoria da Procuradoria Geral de Justiça que, cria a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, com a competência que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 117. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 026/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 425/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 216/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre negociação de reajuste sala-

rial dos professores do ensino superior público. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 235/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a classificação do Sr. Ari Alfreu de Almeida Renovato, candidato do concurso público 97/98, para Investigador de Polícia.

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000120/MS/SE/FNS - valor de R\$ 116.600,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.
- Nº 000127/MS/SE/FNS - valor de R\$ 96.504,48 - pagamento de angioplastia endovascular.
- Nº 000125/MS/SE/FNS - valor de R\$ 168.456,98 - pagamento de neurocirurgia.
- Nº 000122/MS/SE/FNS - valor de R\$ 7.271.059,79 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.
- Nº 000124/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.343,71 - pagamento de queimados.
- Nº 000126/MS/SE/FNS - valor de R\$ 191.724,38 - pagamento de gastroplastia.
- Nº 000010/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.663.006,53 - pagamento de terapia renal substitutiva.
- Nº 000121/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.130.573,66 - pagamento de gestão plena de sistema estadual (NOAS).
- Nº 000123/MS/SE/FNS - valor de R\$ 7.271.059,79 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, reunidos em Bancada, e, amparados no Regimento Interno desta Casa, Capítulo V, Dos Líderes, artigo 12, e seus parágrafos e artigo 2º, vem muito respeitosamente à presença de V. Exa., comunicar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a indicação do Deputado Duílio Genari como Líder do PP - Partido Progressista.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Líder do PP

CIDA BORGHETTI
ANTONIO BELINATI
NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICAM, esta Presidência e aos demais Pares desta Casa de Leis, a escolha do Deputado Luiz Carlos Martins como Líder do PDT - Partido Democrático Trabalhista, nesta Casa.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS MARTINS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção ao solicitado por V. Exa., indicamos os Deputados do Partido Progressista para membros das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme abaixo:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Titular: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado Antonio Belinati

Suplente: Deputado Duílio Genari

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado Duílio Genari

Suplente: Deputado Antonio Belinati

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular: Deputado Duílio Genari

Suplente: Deputado Ney Leprevost

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL

Titular: Deputado Duílio Genari

Suplente: Deputado Ney Leprevost

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular: Deputado Duílio Genari

Suplente: Deputado Antonio Belinati

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titular: Deputado Antonio Belinati

Suplente: Deputado Ney Leprevost

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Titular:** Deputado Ney Leprevost**Suplente:** Deputado Antonio Belinati**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE****Titular:** Deputado Ney Leprevost**Suplente:** Deputado Antonio Belinati**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS****Titular:** Deputado Duílio Genari**Suplente:** Deputado Ney Leprevost**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR****Titular:** Deputado Antonio Belinati**Suplente:** Deputado Ney Leprevost**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Titular:** Deputado Antonio Belinati**Suplente:** Deputado Duílio Genari

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) DUÍLIO GENARI - Líder do PP

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, INDICA membros e suplentes das Comissões Permanentes da Casa, pelo PDT - Partido Democrático Trabalhista, conforme abaixo:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Titular:** Deputado Luiz Carlos Martins**Suplente:** Deputado Edgar Bueno**COMISSÃO DE CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Titular:** Deputado Edgar Bueno**Suplente:** Deputado Luiz Carlos Martins**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR****Titular:** Deputado Luiz Carlos Martins**Suplente:** Deputado Edgar Bueno

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS - Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, INDICA o Deputado Edgar Bueno como membro efetivo da Comissão Especial de Reforma da Constituição, e como membro suplente o Deputado Luiz Carlos Martins, pelo PDT - Partido Democrático Trabalhista.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS - Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Tem o presente instrumento o objetivo de informar a V. Exa. e aos nobres Pares desta Casa, que por indicação dos meus companheiros de Partido, estou assumindo a partir desta data a Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme determina o artigo 12 do Regimento Interno.

Aproveito a oportunidade para indicar os nomes da Bancada do PSDB para comporem as Comissões Permanentes desta Casa, de acordo com a relação em anexo.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveito para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI - Líder do PSDB

Relação dos Deputados do PSDB para comporem as Comissões Permanentes da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ - treze Membros**Titular:** Deputado Valdir Rossoni**Suplente:** Deputado Ademar Traiano**Titular:** Deputado Francisco Bühner**Suplente:** Deputado Luiz Fernandes Litro**COMISSÃO DE FINANÇAS - sete Membros****Titular:** Deputado Luiz Nishimori**Suplente:** Deputado Francisco Bühner**COMISSÃO DE ORÇAMENTO - sete Membros****Titular:** Deputado Ademar Traiano**Suplente:** Deputado Luiz Nishimori**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS - sete Membros****Titular:** Deputado Francisco Bühner**Suplente:** Deputado Ademar Traiano**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL - 7 Membros****Titular:** Deputado Luiz Fernandes Litro**Suplente:** Deputado Luiz Nishimori**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO - sete Membros****Titular:** Deputado Luiz Nishimori**Suplente:** Deputado Luiz Fernandes Litro**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - sete Membros****Titular:** Deputado Rui Hara**Suplente:** Deputado Ademar Traiano

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - sete Mem-
bros

Titular: Deputado Francisco Bühner

Suplente: Deputado Rui Hara

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA - sete Membros

Titular: Deputado Rui Hara

Suplente: Deputado Luiz Fernandes Litro

COMISSÃO DE REDAÇÃO - sete Membros

Titular: Deputado Luiz Nishimori

Suplente: Deputado Rui Hara

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE -
sete Membros

Titular: Deputado Luiz Fernandes Litro

Suplente: Deputado Francisco Bühner

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS - sete
Membros

Titular: Deputado Ademar Traiano

Suplente: Deputado Francisco Bühner

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDA-
DANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - sete
Membros

Titular: Deputado Francisco Bühner

Suplente: Deputado Luiz Nishimori

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -
sete Membros

Titular: Deputado Rui Hara

Suplente: Deputado Francisco Bühner

COMISSÃO DE CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR - cinco Membros

Titular: Deputado Valdir Rossoni

Suplente: Deputado Ademar Traiano

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ NISHIMORI - Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção ao solicitado por V. Exa., indicamos os
Deputados do PT para comporem as Comissões Perma-
nentes da Assembléia Legislativa do Estado, conforme as
páginas em anexo.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos
de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) ELTON WELTER - Líder do PT

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado Elton Welter

Suplente: Deputado Pedro Ivo

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL

Titular: Deputado Pedro Ivo

Suplente: Deputado Professor Luizão

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO

Titular: Deputado Péricles de Mello

Suplente: Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titular: Deputado Péricles de Mello

Suplente: Deputado Professor Luizão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado Professor Luizão

Suplente: Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular: Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Deputado Pedro Ivo

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: Deputado Professor Luizão

Suplente: Deputado Pedro Ivo

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular: Deputado Elton Welter

Suplente: Deputado Pedro Ivo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Titular: Deputado Péricles de Mello

Suplente: Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDA-
DANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titular: Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular: Deputado Pedro Ivo

Suplente: Deputado Tadeu Veneri

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular: Deputado Professor Luizão

Suplente: Deputado Tadeu Veneri

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Com base no parágrafo 2º do artigo 10 do Regi-
mento Interno, Resolução nº 01/05, desta augusta Casa

de Leis, o Deputado que o presente subscreve, Líder do Bloco Parlamentar PSB/PL/PRB, INDICA, com base no inciso IV, parágrafo 5º do artigo 12, à Mesa, os membros da Bancada para comporem as Comissões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Pastor Edson Praczyk

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Cedido o direito regimental, conforme acordo em 26 de fevereiro de 2007 para o PPS.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Cedido o direito regimental, conforme acordo em 26 de fevereiro de 2007 para o PPS.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL

Titular: Deputado Ribas Carli Filho

Suplente: Deputado Reni Pereira

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Cedido o direito regimental, conforme acordo em 26 de fevereiro de 2007 para o PPS.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titular: Deputado Pastor Edson Praczyk

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular: Deputado Ribas Carli Filho

Suplente: Deputado Reni Pereira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: Deputado Ribas Carli Filho

Suplente: Deputado Reni Pereira

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular: Deputado Reni Pereira

Suplente: Deputado Ribas Carli Filho

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção ao solicitado por V. Exa., indicamos os Deputados do PFL para comporem as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado, conforme as páginas em anexo:

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) PLAUTO MIRÓ - Líder do PFL

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: Deputado Elio Rusch

Suplente: Deputado Plauto Miró

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado Plauto Miró

Suplente: Deputado Durval Amaral

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular: Deputado Plauto Miró

Suplente: Deputado Elio Rusch

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL

Titular: Deputado Plauto Miró

Suplente: Deputado Elio Rusch

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular: Deputado Elio Rusch

Suplente: Deputado Osmar Bertoldi

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titular: Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Deputado Durval Amaral

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular: Deputado Elio Rusch

Suplente: Deputado Plauto Miró

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Titular:** Deputado Plauto Miró**Suplente:** Deputado Osmar Bertoldi**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE****Titular:** Deputado Osmar Bertoldi**Suplente:** Deputado Plauto Miró**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS****Titular:** Deputado Plauto Miró**Suplente:** Deputado Durval Amaral**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Titular:** Deputado Elio Rusch**Suplente:** Deputado Plauto Miró**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ****Titular:** Deputado Durval Amaral**Suplente:** Deputado Plauto Miró**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, INDICAM o Deputado Estadual Waldyr Pugliesi como Líder da Bancada do PMDB.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na condição de Líder da Bancada do PTB na Casa, indica os seguintes Parlamentares para ocupar vaga nas Comissões Permanentes:

Para a Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Carlos Simões como titular e Deputado Jocelito Canto para a suplência.

Para a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais: Deputado Jocelito Canto como titular e Deputado Fábio Camargo para a suplência.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

Designação**DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Artagão Júnior para representar esta Casa de Leis na Reunião do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul - UPM, nos dias 01 e 02

de março, na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 082**

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 158, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, a retirada de pauta por quatro sessões da Proposição nº 50/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 013/06, item 03 da Ordem do Dia de hoje, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 28 de fevereiro para a professora Ana Inez Almeida, que falará sobre os problemas dos docentes do Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido o tempo do Grande Expediente da Sessão Ordinária de 14 de março de 2007, para que o representante da ADEMADAN, possa fazer uso da tribuna desta Casa de Leis, discorrendo sobre questões do II Seminário Nacional sobre Dragagem - Mercado, Licenciamento e Monitoramento Ambiental - que acontecerá em Antonina, neste Estado, nos dias 26, 27 e 28 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente:

Solicito o encaminhamento à Mesa Executiva, informando viagem ao exterior no dia 01 de março de 2007, com retorno no dia 15 do mesmo mês, para tratar de assunto de interesse particular, conforme prevê o

artigo 131, parágrafo 2º, inciso VI do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente:

Solicito o encaminhamento à Mesa Executiva, REQUERENDO a criação de uma Comissão de Deputados para a realização de Audiência Pública na Cidade de Jaguariaíva no dia 16 de março de 2007.

Faz-se necessária a realização da Audiência para apurar fatos relevantes de interesse desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vem através deste SOLICITAR a bipartição da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL criando-se duas estruturas distintas de apoio aos seus funcionamentos, ficando assim nominadas as novas comissões: Comissão de Agricultura e Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL.

Sendo o que se apresenta para o momento renovarmos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) PEDRO IVO

Apoiamento:

Ribas Carli Filho e Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eleotério Godoy, ocorrido em 12 de janeiro do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos, que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr.

Antonio Mello, proprietário da empresa Cosdamel, aos setenta anos de idade, ocorrido em 22 de janeiro do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos, que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Mello, aos 78 anos de idade, ocorrido em 20 de dezembro de 2006, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Natel da Cruz, aos 85 anos de idade, ocorrido em 19 de dezembro de 2006. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Josélia Oliveira e Silva, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos, que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

ando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zulmira Gonçalves Martins, aos 84 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos, que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Damiani Silvério, ocorrido dia 19 de fevereiro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 68 anos de idade faleceu a Sra. Maria Damiani Silvério. Era viúva do Sr. Walter Gustavo Silvério, deixou ainda quatro filhos e dois netos. Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Maria Damiani Silvério. O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos. Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Maria Damiani Silvério, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silvério, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Domingos Boeno, aos 73 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sebastiana Maria do Couto, ocorrido em 26 de janeiro do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angélica Chimielski, ocorrido em 07 de fevereiro do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Luzia Miranda Costa Komann, aos 75 anos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Foggiatto, aos 84 anos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina Juvinski Rocha, aos 86 anos, no Município de Rio Branco do Sul. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Barbosa Pinto Neto, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista a importância das atividades esportivas na qualidade de vida dos alunos do referido colégio.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando ao mesmo a construção de calçada na frente da Delegacia de Polícia da Vila Progresso, situada à Rua Vereador Jorge Ferreira Duque Estrada, conforme abaixo-assinado.

A Associação de Moradores da Vila Progresso destaca que os pedestres são obrigados a trafegar na pista de rolamento, disputando lugar com os veículos, haja vista estar intransitável a calçada na frente da referida Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente à Secretária de Estado da Saúde, solicitando informações sobre o porquê do atraso do pagamento do SUS, para Hospitais Filantrópicos tais como: Santa Casa e outros, assim como dos médicos.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador do Paraná, solicitando informações sobre:

- Quais obras a empresa está realizando em Ponta Grossa?
 - Quais são as ruas e bairros beneficiados por estas obras?
 - Quais os valores destas obras? Discriminar valor (valor por metro de canalização de coleta de esgoto).
 - Quais foram as empresas vencedoras das licitações para a realização destas obras?
 - Para quem foram sub-empregadas tais obras? Discriminar o nome da empresa e obra.
- Sala das Sessões, em 27.02.07.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando os seguintes documentos e informações:

- relação de todos os projetos liberados para execução por esta Secretaria de Estado no Município de Ponta Grossa nos últimos 02 (dois) anos;
- cópia dos projetos liberados contendo: autoria, valor solicitado e liberado;
- foi feita licitação? Que tipo de licitação? Anexar relação dos participantes indicando o vencedor e cópia da licitação;
- cópia de liberação da SEDU;
- especificar quais os projetos executados e quais estão em execução;
- em relação aos demais Municípios do Estado, quais os projetos liberados para execução com cópia da liberação da SEDU.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando cópia da documentação comprobatória das denúncias referentes a irregularidades no pagamento feito no final do ano de 2002, no valor de R\$ 10 milhões, referentes às obras de duplicação do trecho rodoviário Curitiba-Garuva, pelo Diretor-Administrativo e Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, do Governo Jaime Lerner, José Richa Filho, a empreiteira DM Construtora de Obras Ltda.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando os seguintes documentos e informações:

- quais as obras de recapeamento asfáltico liberados para execução por essa Secretaria de Estado no Município de Ponta Grossa nos últimos 02 (dois) anos;
- cópia dos projetos liberados contendo: autoria, valor solicitado e liberado e quem autorizou a liberação;
- foi feita licitação? Que tipo de licitação? Anexar relação dos participantes indicando o vencedor e cópia da licitação;
- existe previsão de repasse dos custos aos contribuintes?

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja informado se existe prazo legal para resposta aos pedidos de informações aprovados em Plenário e encaminhados por esta Casa de Leis ao Governador e Secretários de Estado; Tribunal de Contas; Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 053/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, constituída pelos Municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis e Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º A Região Metropolitana de Foz do Iguaçu terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 05

(cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo de Foz do Iguaçu e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesses metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Foz do Iguaçu, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste, compõem uma região em franco processo de desenvolvimento, com suas áreas urbanas necessitando urgentemente de investimentos, através de um planejamento de ações de forma coletiva, já que os problemas e necessidades são comuns a todos os Municípios.

O crescimento populacional advindo com o rápido desenvolvimento da região determinam o surgimento de ações efetivas voltadas à integração e ao crescimento organizado dos Municípios.

O planejamento conjunto trará, certamente, vantagens de todas as ordens para os entes envolvidos, já que nessa perspectiva, as atividades de natureza histórico-cultural, características geográficas, bases econômicas semelhantes, indicarão com precisão qual projeto de desenvolvimento regional trará os benefícios que a sociedade e os cidadãos locais desejam.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os Municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderam suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso País.

Assim, o artigo 25, parágrafo 3º da CF delega aos Estados a criação, através de Lei Complementar, de Regiões Metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das Regiões Metropolitanas.

Os Municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma Região Metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os Municípios integrados.

Mais que uma ficção, a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu será o passo definitivo no sentido de dar aos seus cidadãos atenção e o atendimento às suas necessidades.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 038/07

Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Administração Pública do Estado do Paraná fica obrigada a instalar e manter creches nas escolas e colégios estaduais para os filhos e netos dos alunos que estudem nos cursos noturnos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a evasão escolar ocorre em grande número na faixa etária de pré-adolescentes e adolescentes, muitas das vezes, em razão da gravidez precoce que atinge principalmente as classes sociais menos

favorecidas. Assim, a presente iniciativa tem por objetivo incentivar e viabilizar a manutenção destes jovens nas escolas. A medida de instalar creches nas Escolas Estaduais tornará possível o estudo, no período noturno, para os alunos que se encontram na situação descrita.

É dever do Estado garantir a tranquilidade das pessoas que desejam estudar e não encontram possibilidade, em razão da existência de filhos em idade que necessitam atenção redobrada por parte dos pais. Tal garantia pode ser resolvida com uma ação simples, qual seja a instalação de creches nas escolas estaduais para os filhos dos estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 039/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os centros comerciais, shoppings centers, hiper e supermercados, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a fornecer, gratuitamente, carrinhos motorizados para deficientes físicos, idosos e gestantes.

Art. 2º Os estabelecimentos previstos no artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da publicação desta lei, para fazerem aquisição e oferecerem, gratuitamente, o serviço de carrinhos motorizados aos deficientes físicos, idosos e gestantes.

Art. 3º Deverão ser afixadas em local de grande visibilidade nas dependências, externa e interna, dos centros comerciais, shoppings centers, hiper e supermercados, placas indicativas dos postos de retirada dos carrinhos motorizados.

Art. 4º A não observância desta lei sujeitará os infratores à multa pecuniária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que será aplicada em dobro em cada reincidência.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta lei caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua vigência.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 ampliou a dimensão dos direitos e garantias fundamentais, incluindo, não

apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais, garantindo como direitos humanos fundamentais, ir, vir, ficar, permanecer, estacionar, ter acesso a todos os bens e serviços, incluídos os espaços urbanos, sendo o direito à acessibilidade condição para que todas as pessoas possam usufruir direitos fundamentais enquanto cidadãos. Foi adotado, também, por esta Carta Magna, o princípio da prevalência dos direitos humanos como o princípio básico a reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais.

Os direitos humanos são aqueles em que o homem possui por sua própria natureza humana e pela dignidade que lhe é inerente, não resultando de uma concessão da sociedade política, mas sim, de um dever da mesma, a serem garantidos e consagrados.

Em meio a todo este contexto, os idosos e os portadores de deficiência ainda sofrem, frequentemente, violação e desrespeito aos seus direitos.

A constitucionalização dos direitos das pessoas portadoras de deficiência iniciou-se, de forma explícita, com a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, que em um único artigo dispôs que seria assegurada a melhoria da condição social e econômica dos deficientes, especialmente mediante educação gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida social do País, proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou serviço público e salários, além da possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Com relação aos idosos, cabe-nos fazer menção ao artigo 230, da Constituição Federal que, em si, já era suficiente para garantir a proteção do idoso, porque assegura *a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida*. O dever de assegurar a participação comunitária, a defesa da dignidade, o bem-estar e o direito à vida, pertence à família, à sociedade e ao Estado, sendo, portanto, dever de todos.

A função principal do Estatuto do Idoso é funcionar como carta de direitos, fornecendo meios de controle do Poder Público em relação ao melhor tratamento do idoso e verdadeira educação cidadã, no tocante ao respeito e a luta pela dignidade das pessoas com idade mais avançada em nosso País. Assim, é preciso contribuir para que o idoso alcance posição de cidadão efetivo na sociedade, galgando o lugar de respeito e dignidade que merecem por serem os formadores de nossa sociedade, porque o que o idoso realmente quer é participar ativamente da sociedade.

Desta forma, verificamos ser imprescindível a adoção de medidas referentes ao respeito à acessibilidade de idosos e deficientes físicos visando assegurar a sua liberdade de locomoção, em busca de uma maior inclusão social baseada na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa e na convivência dentro da diversidade humana, ainda mais porque há um aumento progressivo da preocupação com esta questão.

Esta preocupação também é estendida às gestantes que, pela condição em que se encontram, muitas vezes têm dificuldades em se locomover, sendo imprescindível que sejam colocados à disposição delas meios capazes de assegurar um dos direitos fundamentais de qualquer cidadão: a locomoção.

Diante do ora relatado, constatamos que esta parcela da sociedade merece muita atenção e respeito, motivo pelo qual pretendemos dar a nossa contribuição com a apresentação desta proposição, a qual tem por objetivo facilitar o acesso e permanência das mesmas nos centros comerciais, shoppings centers, hiper e supermercados, pois, embora a nossa Constituição Federal esteja norteada pelo princípio de que o direito ao livre acesso ao meio físico e de livre locomoção é parte indissociável dos Direitos Humanos, falta, ainda, a visão de obrigatoriedade.

Por fim, o presente documento encontra respaldo legal nos artigos 1º, incisos II e III; 3º, inciso IV; 23, inciso II; 24, inciso XIV e 230, todos da Constituição Federal.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 040/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É vetado às concessionárias dos serviços públicos de água e energia elétrica do Estado a interrupção do fornecimento, motivada por inadimplência, a pequenos consumidores e aos consumidores comprovadamente desempregados.

Consideram-se pequenos consumidores de:

I - energia elétrica - aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos doze meses, tenha sido igual ou inferior a 110 kw (cento e dez quilowatts);

II - água - aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos doze meses, tenha sido igual ou inferior a 12m3 (doze metros cúbicos).

Art. 2º O benefício de que trata o *caput* deste artigo é destinado às famílias cuja renda mensal seja igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se família o núcleo de pessoas que vivem sob o mesmo teto.

Art. 4º A proteção de que trata esta lei não se aplica àqueles cuja inadimplência ultrapassa seis meses consecutivos.

Parágrafo Único. Em caso de atraso de pagamento pelo tempo previsto no *caput* deste artigo, os débitos serão parcelados em até dez vezes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A água é indispensável à sobrevivência de qualquer ser vivo, e a energia elétrica tornou-se igualmente indispensável.

Tendo em vista o alto índice de desemprego que atinge o nosso Estado e considerando, ainda, o grande número de famílias de baixa renda que sobrevive com menos de um salário mínimo mensal, é que entendemos ser impossível que essas famílias consigam pagar rigorosamente em dia suas faturas de água e de energia elétrica. Por mais econômicas que sejam, tal despesa representaria uma boa parcela de seu orçamento mensal, reservado às necessidades básicas, para que se mantenham vivos. A escolha é difícil. Será justo que essas famílias escolham entre a água para beber e o alimento? Qual dos dois seria supérfluo? E a moradia? Será possível um chefe de família desempregado arcar com todas essas despesas?

Ressalta-se, também, que principalmente nos grandes centros urbanos, não resta alternativa. Não existem nascentes de água potável que possam atender às necessidades dessas pessoas. Portanto, se não há alternativa, não podemos permitir que morram de sede nem de fome pelo simples motivo de estarem desempregadas ou por não possuírem meios de pagar em dia pelo seu pequeno consumo de água e de energia elétrica.

Isso posto, acreditamos ser justo dar a essas famílias um prazo de seis meses, para regularizarem sua situação junto às concessionárias dos serviços públicos de água e energia elétrica, resguardando o fornecimento desses, além da possibilidade de parcelamento do débito, o que acreditamos ser viável e não acarretar prejuízo para as concessionárias.

Pelos motivos expostos e pela relevância social de nossa proposta, esperamos poder contar com o apoio de nossos Pares à aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 041/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento das taxas para expedição de carteiras de identidade pessoas carentes com renda familiar até três salários mínimos e desempregados.

Art. 2º A isenção compreende a expedição de 1ª via e 2ª via.

Art. 3º A verba para manutenção das isenções serão advindas do orçamento do Município, se necessário com suplementação.

Art. 4º A expedição das carteiras de identidade será efetuada no Instituto de Identificação do Paraná, ou em convênio do instituto com Associações Comunitárias e Entidades Filantrópicas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Considerando as taxas cobradas atualmente para a expedição da Carteira de Identidade e os poucos recursos de um segmento mais carente e daqueles que estão desempregados, além das poucas entidades que dão isenção para aquisição deste documento primordial (a Fundação de Ação Social - FAS, isenta da taxa pessoas com renda de até um salário mínimo), acreditamos que o presente projeto possa ser bastante útil e necessário para uma camada grande da população.

Dada a importância do cidadão possuir seu Registro Geral, inclusive para concorrer a vagas no mercado de trabalho, o presente projeto visa ampliar o número de pessoas atendidas com este benefício, objetivando até o resgate de sua cidadania.

Para conhecimento e análise da presente proposição, informamos que atualmente a taxa para 1ª via do RG tem o custo de R\$ 10,39 (dez reais e trinta e nove centavos) e R\$ 15,59 (quinze reais e cinquenta e nove centavos) para a 2ª via.

PROJETO DE LEI Nº 042/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os valores comprovadamente pagos em forma de pedágio, nos pólos de arrecadação no Estado do Paraná, poderão ser compensados na oportunidade do pagamento do respectivo IPVA aos proprietários de veículos automotores registrados no órgão competente de âmbito estadual.

Art. 2º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem a finalidade de acabar com a bitributação do proprietário de veículo automotor, considerando-se que IPVA tem a mesma destinação do pedágio, isto é, manutenção, conservação e segurança das rodovias.

As principais rodovias do Estado já estão dotadas de pedágio. O contribuinte não poderá pagar duplamente,

sendo, portanto, justo que o valor do recibo obtido no posto de arrecadação seja descontado no pagamento do IPVA.

PROJETO DE LEI Nº 043/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Vítimas de furto ou roubo à mão armada em território paranaense ficam isentas do pagamento de taxa para emissão de segunda via dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

§ 1º O pedido de isenção deve ser acompanhado do registro de ocorrência lavrado por autoridade policial.

§ 2º A segunda via do documento deve ser requerida no prazo no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro do fato. Encerrado esse prazo, a vítima perde o direito à gratuidade.

Art. 2º A falsa comunicação de crime acarretará as sanções previstas no artigo 340 do Código Penal, com pena de um a seis meses de reclusão.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo minorar os transtornos causados pelo roubo ou furto de documentos. Nesse tipo de crime, as vítimas não apenas ficam em situação irregular, impedidas de dirigir automóvel, abrir crediário ou apresentar identificação, como também são obrigados a pagar pela emissão da segunda via. Atualmente, a taxa para retirar a segunda vida da Carteira de Identidade chega a R\$ 15,59, enquanto a Carteira de Habilitação e o Certificado de Registro de Veículo custam R\$ 38,08 cada um. Esses valores oneram principalmente os cidadãos de baixa renda, que já convivem com salários aviltados e uma pesada carga tributária. Daí a necessidade de assegurar a gratuidade da segunda via em caso de assalto ou furto. Trata-se de fazer justiça social, garantido que as vítimas da violência no Estado tenham seu prejuízo reduzido.

PROJETO DE LEI Nº 044/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A tarifa de esgoto a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR,

será fixada em 40% (quarenta por cento) do valor da tarifa de água.

Art. 2º A empresa concessionária do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário especificará nas contas emitidas:

- I - o valor da tarifa do consumo de água;
- II - o valor da tarifa de esgotamento sanitário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o inciso XXXII do artigo 5º e o inciso V do artigo 170 da Constituição Federal, o consumidor é sujeito de direito, digno de tutela especial. Cabe a nós, legisladores, criar mecanismos para garantir ao consumidor essa tutela.

O estabelecimento de um percentual para a tarifa a ser cobrada pelo serviço de esgotamento sanitário, que não pode, segundo o que determina este projeto, ultrapassar 40% do valor da tarifa do consumo de água, garante ao consumidor a proteção contra qualquer abuso na cobrança por esse serviço.

Atualmente cobra-se 85%. Na atual conjuntura, é pertinente estabelecer um percentual menor, de forma a possibilitar que o consumidor pague o preço justo pelo serviço que recebe e, com isso, acabar com o abuso, tantas vezes verificado nas relações de consumo.

É, pois, este o caminho correto para atingirmos nosso objetivo, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 045/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado ou a concessionária de serviço de água e esgoto, no Paraná, fica proibido de suspender o fornecimento de água nos ambientes residenciais, mesmo quando houver fatura em atraso.

Parágrafo Único. A suspensão o fornecimento de água em ambiente residencial, implicará em multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser paga pelo Estado ou pela concessionária desse serviço, sendo que o dinheiro da multa será pago a quem mora no imóvel atingido pelo corte do serviço mencionado no parágrafo anterior.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A água é um bem da humanidade e todo cidadão paranaense tem o direito de ver garantida sua residência

com água potável fornecida pelo Estado ou por concessionária de serviço público nessa área.

A Organização Mundial de Saúde já baixou normas, defendendo que é dever do Estado ou de empresa por ele autorizada a fornecer água em medida compatível que garanta a sobrevivência do cidadão.

É bom lembrar que o Estado ou a concessionária possui outros mecanismos para efetuar a cobrança de faturas em atraso. Como a água potável é extremamente essencial à saúde humana, cortar seu fornecimento, medida que geralmente atinge e prejudica quase sempre a camada de baixa renda da população, constitui-se em atitude inteiramente desumana que o presente projeto, se aprovado, colocará um fim.

PROJETO DE LEI Nº 046/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a interrupção no fornecimento de energia elétrica pela COPEL e pelas demais concessionárias distribuidoras, antes dos 60 (sessenta) dias de atraso de pagamento das tarifas, aos consumidores residenciais no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica está assolando todos os lares brasileiros, crise esta que traz consigo grande número de desempregados.

Essas famílias, inocentes dos maus programas econômicos do Governo Federal, não podem ser privadas do fornecimento de energia elétrica, pelo atraso nos pagamentos de tarifas. Não seria justo praticar mais um ato desumano contra esses nossos irmãos desprotegidos do amparo do Poder Público.

Isto posto esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovar o presente projeto de lei, que pretende minorar o sofrimento de grande parte da comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 047/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, no ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, o ensino de conteúdos sobre previdência social e privada.

Parágrafo Único. Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções constitucionais sobre o tema e oferecer noções sobre a importância da poupança para garantir qualidade de vida.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Você já planejou seu futuro, como vai viver após a aposentadoria? Com quantos anos devemos começar a nos preocupar com a aposentadoria?

Nos países desenvolvidos há grande consciência sobre a importância da composição de previdência privada.

Todos sabemos que a previdência social brasileira não consegue prover aposentadoria digna para uma velhice tranqüila. Dessa forma, os jovens devem ter consciência, desde cedo, da necessidade de construir previdência própria, garantindo um futuro mais tranqüilo.

O brasileiro não tem essa tradição de poupança, mesmo porque vivemos tempos de imensa dificuldade. Contudo, é preciso informar os jovens e lhes conferir o poder de mudança.

Nas campanhas eleitorais sempre são discutidas as mudanças da previdências social, mas os governantes tomam posse e não conscientizam a população da necessidade de investimentos em previdência privada, pois o Poder Público não consegue equilibrar suas contas e oferecer aposentadoria dignas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação confere poder ao Estado para incluir temas a exemplo do tratado nesta lei, buscando formação integral para o aluno.

PROJETO DE LEI Nº 048/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Lei nº 14.743, de 15 de junho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º É proibido fumar cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recintos coletivos privados ou públicos, abaixo relacionados:

I - ...

V - órgão e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Paraná.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 14.743, de 15 de junho de 2005, proíbe fumar em estabelecimentos de saúde, espaços para apresentações, exposições, salas de aula, elevadores, veículos de transporte coletivo e ambulâncias.

Com fundamento nos artigos 12, incisos II e VI; 13, VI e XII, ambos da Constituição Estadual, proponho o presente projeto de lei, para que seja incluído, no rol de proibições no artigo 1º da referida norma, os recintos localizados em órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Paraná.

O cigarro ou qualquer outro produto fumígeno, é um dos maiores causadores de câncer e doenças cardíacas em fumantes ativos e passivos, e o seu uso nas repartições públicas traz graves prejuízos à saúde de todos os servidores.

As estatísticas mostram que o cigarro é a maior causa de doenças pulmonares, impotência sexual e câncer. Cerca de vinte mil pessoas morrem no Brasil, por ano, em decorrência de doenças relacionadas ao tabagismo.

Estamos apresentando, também, alterações da redação do *caput* do artigo 1º da norma, por entendermos ser importantes esclarecer que a proibição é para o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, compreendido como sendo tudo que produz fumo ou fumaça.

PROJETO DE LEI Nº 049/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A construção, ampliação, reforma ou adequação de edifícios públicos do Estado do Paraná, incluindo a Administração Indireta, deve atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor.

Art. 2º Os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transportados por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência físico-motora.

Parágrafo Único. No caso das edificações já existentes, deverá ser observado o prazo definido em regulamento para garantir acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência físico-motora.

Art. 3º A instalação de novos elevadores ou sua adaptação, quando haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender aos padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor.

§ 1º No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores das edificações previstas no *caput* deste artigo, pelo menos um deles terá cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa portadora de necessidades especiais.

§ 2º Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamento eletromecânico de deslocamento vertical para uso das pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência físico-motora.

§ 3º As especificações técnicas a que se refere o parágrafo anterior devem atender:

I - a indicação em planta aprovada pelo poder municipal do local reservado para a instalação do equipamento eletromecânico, devidamente assinada pelo autor do projeto;

II - a indicação da opção pelo tipo de equipamento, como elevador, esteira, plataforma ou similar;

III - a indicação das dimensões internas e demais aspectos da cabine do equipamento a ser instalado;

IV - demais especificações em nota na própria planta, tais como a existência e as medidas de botoeira, espelho, informação de voz, bem como a garantia de responsabilidade técnica de que a estrutura da edificação suporta a implantação do equipamento escolhido.

Art. 4º Os balcões de atendimento, incluindo-se bilheteria, devem dispor de, pelo menos, uma parte da superfície acessível para o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor.

Art. 5º A construção, ampliação, reforma ou adequação deve dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de necessidades especiais.

§ 1º Os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de necessidades especiais serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade em vigor.

§ 2º As edificações já existentes terão o prazo definido em regulamento para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por uma pessoa portadora de necessidades especiais.

§ 3º Nas edificações a serem construídas, ampliadas, reformadas ou adequadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de necessidades especiais deverão ter entrada independente dos demais.

§ 4º Nas edificações de uso coletivo onde haja banheiros destinados ao uso público, os sanitários preparados para o uso por pessoa portadora de necessidades especiais devem estar localizados nos pavimentos acessíveis, ter entrada independente dos demais sanitários, se houver.

Art. 6º As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibili-

dade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com as exigências dos órgãos federais e estaduais responsáveis pelo patrimônio histórico.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor 90 (noventa dias) após sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Com fundamento nos artigos 12, incisos II, 13, XIV, 222, todos da Constituição Estadual, proponho o presente projeto de lei, para que sejam tomadas medidas concernentes à acessibilidade em edifícios públicos do Estado do Paraná, das pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência físico motora.

A Constituição da República do Brasil contempla em seu artigo 24, inciso XIV, que é competência da União, do Estado e dos Municípios legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Portanto, o presente projeto de lei visa garantir os direitos constitucionais das pessoas portadoras de necessidades especiais, com evidente repercussão na área social.

PROJETO DE LEI Nº 050/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Rami-
lândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º A Região Metropolitana de Cascavel terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado,

sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice apresentada pelo Prefeito de Cascavel e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbem ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolirana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.02.07.

(aa) EDGAR BUENO, NEREU MOURA, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSH, ELTON WETER, DOBRANDINO DA SILVA, CHICO NOROESTE e RENI PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 faculta aos Estados instituírem *regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o*

planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esta previsão também consta na Constituição Estadual, que preceitua ainda a necessidade de assegurar *a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional*. Denota-se aí a importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

A despeito de crises e dificuldades diversas, a Região Oeste do Paraná vem se desenvolvendo e seus Municípios reclamam meios que lhes assegurem crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrentam, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito às suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, que foi constituída ainda em 1973, entre as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, sob a designação de Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).

Os avanços obtidos com a integração dos Municípios e a unidade que se alcança na coordenação de objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera o necessário apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 051/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Edifício Rio Tibagi o novo prédio que abrigará as Secretarias de Estado, no Centro Cívico.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A bacia do Rio Tibagi abrange 42 (quarenta e dois) Municípios e possui uma população de 1.566.000 pessoas, com uma taxa de urbanização de 86%. O Rio Tibagi constitui o principal afluente do Rio Paranapanema, percorrendo 616 quilômetros, caracterizados em grande parte por extensos de corredeira.

Trata-se de um rio de extrema importância para o Paraná. A sua bacia inclui 24.712 quilômetros do Estado. O Rio Tibagi faz parte da vida do paranaense, seus recursos hídricos são constantemente utilizados - abastecimento público, processos industriais, sustentação da biodiversidade, turismo e possivelmente num futuro próximo, a geração de energia elétrica.

O Rio Tibagi representa a beleza e a grandeza da fauna do Paraná. Por seu longo curso, faz viver também toda uma flora em sua volta, ressaltando cada vez mais as

belezas naturais do Paraná. Justo será a homenagem ao Rio Tibagi na sede provisória do Governo, assim fazendo par com o Palácio Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 052/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade de Organização Social Vida - SOS VIDA, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade e Organização Social Vida - S.O.S VIDA, com sede no Município de Medianeira, sem fins lucrativos, tem por finalidade promover assistência social, como manutenção, administração de unidades de apoio como creches, asilos, orfanatos e centros de recuperação de dependentes químicos e promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

A documentação demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

Pequeno Expediente:

No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra à primeira oradora inscrita, Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGUETTI

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna pedir o apoio aos Srs. Deputados para a derrubada do veto. Deputado Luiz Carlos Martins, o senhor que é um grande companheiro e que conhece como ninguém esta Casa de Leis, esteve conosco e aprovou, na legislatura passada, um projeto importante que hoje está na pauta, no item quatro, projeto de incentivo a produção de biodiesel no Estado do Paraná.

O mundo fala de biodiesel e o Paraná não pode andar na contramão. É importante que fique registrado nesta Casa que os Deputados apóiem derrubada do Veto 60/06.

(Lê):

“A negativa de sanção ao Projeto de Lei 162/06 vem na contramão do desenvolvimento deste Estado, haja vista que muito se fala em meio ambiente, mas poucas políticas públicas são efetivas para a realização desse fim.

A matéria não é inconstitucional, posto que delega ao Poder Executivo a fixação da renúncia fiscal, bem como a regulamentação da extensão do incentivo.

O próprio parecer da Secretaria da Fazenda, anexo à pauta em discussão, demonstra que a Administração Estadual não está disposta a vãos mais altos nessa discussão de aproveitamento do biodiesel, enquanto até os Estados Unidos, através do Presidente Bush, que estará no Brasil daqui a doze dias, firmarão acordo sobre o etanol com o Presidente Lula, que hoje é um dos maiores defensores do biodiesel.

O mundo está empenhado na elaboração de políticas voltadas à utilização de fontes de energia renováveis.

Esta Assembléia Legislativa, no ano de 2006, realizou seminário sobre o biodiesel, trazendo especialistas da área para prestar esclarecimentos e propostas de desenvolvimento para o setor. Se não bastasse a questão do meio ambiente, estima-se que para cada emprego industrial, o biodiesel deve criar mil vagas na agricultura.

Mais que discutir o futuro do Estado, é preciso criar bases sólidas para que o futuro seja bom, com emprego e renda para a nossa gente. O desenvolvimento só se faz com novas perspectivas e para a realização de mudanças é preciso audácia.”

Muito obrigada!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso o Grande Expediente, nesta tarde, para manifestar algumas Questões de Ordem. Aproveito este momento para falar de alguns projetos, algumas leis e alguns assuntos em evidência.

Fiquei bastante preocupado com o comentário feito pelo Deputado Tadeu Veneri sobre doações de campanha. Vou me aprofundar, vou pedir uma cópia desse depoimento da CPI da COPEL. É bom estar no Plenário todos os dias porque aprendemos até com os Deputados que estão ao nosso lado.

Então, estarei propondo um requerimento baseado na informação que V. Exa. transmitiu, agora, sobre doações de campanha. Achei muito interessante e acho importante que o Paraná conheça isso também.

Sr. Presidente, a televisão e a imprensa cobram bastante a presença dos Deputados no Plenário. Não sei qual é o critério que V. Exa. vai adotar, mas gostaria que fosse bastante rígido, até para não ficar aquela dúvida que a imprensa deixa de que um Deputado vem e outro não vem. A imprensa, por exemplo, o Jornal da Globo, na hora de colocar o noticiário diz lá que os Deputados falta-

ram à Sessão, mas não diz qual o Deputado que não veio. Isso acaba prejudicando um Deputado assíduo, aquele

que está todos os dias no Plenário. Então, é importante, Sr. Presidente, criarmos um novo mecanismo de controle, que a Mesa pudesse fazer isso, para que não fôssemos penalizados.

Quando um Deputado não vier, por exemplo, que a imprensa saiba quem é o Deputado que não veio, ou qual o motivo, ou que o Deputado apresente no Plenário a justificativa. Eu vou ter por hábito, Sr. Presidente, se faltar algum dia, apresentar um requerimento a este Plenário, informando sempre o motivo da viagem, se tiver que fazer, ou da audiência que eu tiver que fazer fora desta Assembléia, no período em que estiver ausente, para acabar com essa folia de que um Deputado vem e o outro não vem e aí os bons acabam pagando pelos que não vêm. Isso já é tradicional.

Como tem novos Deputados aqui com muita vontade de trabalhar, vemos o plenário cheio, é importante desde já esse controle, um controle rígido onde sejam divulgados os nomes dos faltosos. Isso tudo para que a imprensa possa saber quem trabalha, quem não trabalha, e valorize quem está presente todos os dias no plenário desta Casa.

No plenário você discute todos os assuntos e temas; você participa de todos os projetos, independente de quem seja o autor; você dá sua opinião; você pode discutir todos os projetos colocados aqui. No plenário você ouve depoimentos, como esse que ouvi do Deputado Tadeu Veneri, que diz que tem um depoimento na CPI recente, realizada nesta Casa, que mostra uma doação de campanha estranha. E que ele pode depois dizer, até gostaria que ele esclarecesse, que ele mesmo dissesse porque me pegou de surpresa. Briga-se hoje por algumas doações de campanha, tem processo na Justiça e agora o Deputado Tadeu Veneri diz que na CPI da COPEL um empreiteiro fez um depoimento e coloca lenha na fogueira numa briga que está acontecendo aqui no Paraná. O Deputado Tadeu esteve na CPI e pode informar a esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, o que estamos vendo também no Paraná e lamentamos profundamente, o Ministério Público chega a um ponto que nem ele mesmo se respeita. Ele briga com ele mesmo: é Ministério Público contra Ministério Público. Os guardiões da lei. É uma briga generalizada que acaba parando nas barras dos Tribunais de Justiça. O exemplo do Secretário de Segurança do Paraná: o Ministério Público, Deputado Belinati, autoriza, cede o servidor para trabalhar como Secretário de Estado; depois eles brigam, acho que pelo poder, e agora o Ministério Público quer impedir que o Secretário seja Secretário. Obriga-se o Secretário a ir à Justiça.

Então, vemos uma Desembargadora dar uma liminar dizendo que o Secretário pode continuar sendo Secretário, mesmo contrariando a lei. Pergunto: cadê o Ministério Público, cassador de Prefeitos? Cassador de

políticos? Por que não cassa a Justiça? Por que não cassa essa liminar? Por que não derruba, se está fora da lei? A lei determina que o Secretário não pode ficar.

O abuso desse Ministério Público é tão grande que começaram a brigar entre eles. É a guerra de quem tem mais representação. É a guerra contra o coitadinho do Prefeito lá do interior, o pobrezinho que tem lá um parente na Prefeitura. Mas aqui não tem briga. Tem nepotismo em vários poderes, inclusive no Ministério Público. E o que eles fazem? Nada. Eles pegam o Prefeito lá de Jesuítas, a Prefeita perto de Campo Mourão, entram na Justiça, propõe uma ação. Mas, quando são poderes constituídos eles não fazem nada.

Estamos vendo uma briga de Ministério Público contra Ministério Público.

Recentemente, cobre aqui, Sr. Presidente, e queria perguntar a V. Exa.: qual o prazo que o Ministério Público tem para responder os nossos requerimentos? Qual o prazo que ele tem que responder aquilo que é aprovado no Plenário desta Casa? Estou fazendo este requerimento hoje, para saber qual o prazo para o Tribunal de Contas informar a esta Casa, o Tribunal de Justiça também. Quero saber, estou protocolando hoje o requerimento, para saber se esses prazos devem ou não ser cumpridos. Ou tem Constituição neste Paraná, ou vamos jogá-la fora. Estamos aguardando algumas informações, e prazo é para ser cumprido.

Qual o prazo que o Governo do Estado tem que fazer? Porque antes tínhamos aquela tranquilidade de fazer o pedido e não precisava nem passar no Plenário. Nós fazíamos um requerimento e vinha a resposta em cinco dias. Para surpresa minha, outro dia o Deputado Rossoni disse aqui que não existe mais esse decreto - eu não sabia - aquele dos cinco dias, das informações, não tem mais, que agora foi revogado. Fico surpreso, porque precisamos de algumas informações que não chegam até aqui.

Sr. Presidente, outra coisa, projetos quando são aprovados nesta Casa, por que não são cumpridos pelo Governo? Só são cumpridos quando há interesse. Fizemos projetos que foram aprovados nesta Casa, como por exemplo, o exame do olhinho da criança, para ver se ela não vai ser diabética ou não vai ter catarata - um exame que está autorizado por esta Casa, em um projeto aprovado e sancionado e não cumprido pelo Governo. Fizemos um projeto de colocar um lacre na latinha de cerveja e de refrigerante, projeto aprovado aqui há mais de dois anos e não cumprido no Paraná, deputado Edson. São projetos aprovados e não cumpridos pelo Governo. O Governo não fiscaliza.

Um outro detalhe, Sr. Presidente: as questões de veto e de promulgação da Assembléia, qual é o prazo? Eu, por exemplo, tenho um projeto que saiu daqui, que foi aprovado, que está lá no Governo e não sei que fim foi levado. É um projeto que determina que toda vinculação publicitária do Governo tem um custo. Não sei do seu paradeiro. Não sei se o Governo vetou ou não. E se já perdeu o prazo, por que a Assembléia não o promulgou?

Sr. Presidente, sei que V. Exa. está assumindo agora, cheio de boa vontade, principalmente, com transparência. Vejo V. Exa. diariamente dando entrevistas em emissoras de rádio e televisão. Um projeto vai para o Executivo, aprovado aqui, o Governo segura, passa o prazo e a Assembléia não promulga e quando termina o prazo, não tem que ser automática a promulgação da Assembléia? Porque são entendimentos que devem ser cumpridos. Se o Estado não cumpre, não veta ou mantém o projeto e o assina. O projeto não vem, fica lá e vem para cá e ninguém sabe onde está. Eu queria pedir isso a V. Exa., principalmente no controle desses projetos.

Não sei se o Deputado Plauto está em plenário - ele deve estar em seu gabinete. Não vou defender, aqui, Deputado Plauto. Mas tenho que fazer aqui uma correção, por questão de justiça.

Ontem, o Deputado Plauto fez um comentário pesado aqui sobre o Hospital Regional de Ponta Grossa, que estava fechado e não estava saindo a obra. Hoje, pela manhã, fui ao local, tirei fotos e trouxe para esta Casa a primeira medição - quem já foi Prefeito sabe o que isso significa. A empreiteira está pedindo a primeira cobrança. Está aqui uma cópia e eu quero brigar muito e já briguei bastante. Toda vez que tiver dúvida nesse maior patrimônio dos nossos filhos e netos - e muita gente fez discurso em cima disso - vou sempre levantar a minha voz aqui, porque esse hospital, ontem disse o Deputado Plauto aqui e quero entregar a ele estes documentos e as fotos que tirei hoje. É claro que se o "cara" for lá de fora, ele vai assim de longe e não vai ver nada. Mas, se ele andar lá dentro, ele vai ver a máquina fazendo a terraplanagem, já vai ver a bate-estaca trabalhando e vai ver as máquinas operando. Trouxe todas as fotos e quero, Sr. Presidente, entregar ao Deputado Plauto, hoje, não como defesa do Governo, porque não estou defendendo o Governo, mas estou defendendo um patrimônio, que é um hospital. Estão aqui os caminhões trabalhando, está o equipamento fazendo as estacas lá, porque tem que fazer uma fundação, porque se não fizer uma fundação - e temos aqui o Deputado Péricles, que é engenheiro e que conhece bem a área, sabe que se não tiver uma fundação bem feita, um prédio de cinco andares cai.

Então, está sendo feito neste momento o término da terraplanagem e está sendo feita também a parte da fundação. E queria entregar ao Deputado Plauto, como prometi ontem, cópia assinada pelo Governo, que mostra que o dinheiro está bloqueado e quero também entregar a ele cópia da primeira medição que foi solicitada pela empreiteira - a empreiteira já pediu para receber o dinheiro e já foi autorizada, e só não recebeu ainda porque não trouxe as notas fiscais, mas na hora em que trouxer a nota fiscal ao PARANAURBANO, recebe o dinheiro na hora, que está autorizado e está aqui, porque peguei hoje no escritório da COHAPAR em Ponta Grossa.

Quanto ao atraso das obras, essa é uma obra de 540 dias. Disse-me hoje o chefe do PARANAURBANO regi-

onal e um membro da empreiteira, que a obra está atrasada em vinte dias e que esses vinte dias, todos eles serão vencidos em recuperação da velocidade que a obra vai ter - eles vão concluir a obra antes do prazo previsto do que determina a licitação ganha por essa empresa.

Então, aqui está e quero entregar depois ao Deputado Plauto. Acho importante o Deputado questionar e cobrar, mas cobrar quando tiver razão e nesta o Deputado Plauto não tem razão. Mais uma vez volto a dizer que não estou defendendo o Governo, mas estou aqui defendendo uma obra que demorou mais de 180 anos para sair em Ponta Grossa. Faz 180 anos que a Cidade espera um hospital regional como nunca teve, faz 180 anos que a Cidade esperava para ter um hospital como Londrina, como Maringá, como Cascavel - faz 180 anos que estamos no banquinho de espera por aquele hospital e agora aquele hospital está aqui, está começando, a obra está andando, a empresa vai passar no prazo e já está até recebendo os primeiros recursos.

Então queria, por questão de justiça, trazer esta documentação e entregar ao companheiro Plauto, para que ele veja com seus próprios olhos ou vá lá amanhã em Ponta Grossa, faça uma visita ao canteiro de obras e veja a obra acontecendo, porque esse, Dr. Batista, é o nosso sonho do hospital lá de Maringá, um hospital regional que vocês têm há muitos anos, esse é o nosso sonho como Londrina, que também tem seu hospital regional há muito tempo, esse é o sonho de Cascavel, que há muitos anos tem seu hospital regional e esse é o sonho dos Campos Gerais, o sonho de todos nós de ter um hospital que possa atender a nossa população, porque atendemos a região inteira e o Estado muitas vezes faz a sua parte, mas não consegue e agora com esse hospital vamos poder atender a nossa população dos Campos Gerais. É um hospital de cinco andares e desculpem-me a modéstia, mas é maior do que Maringá, é maior que Cascavel e Deputado Belinati, com todo o respeito a V. Exa., é mais moderno que o hospital de Londrina, segundo os técnicos.

Então, é um belo de um hospital de cinco andares e nós estávamos no banquinho de espera, porque estamos há 180 anos esperando para receber o hospital regional.

Então, eu gostaria, nesta tarde, de entregar ao Deputado Plauto - na sequência eu entrego - o Deputado Plauto deve estar por aí, deve estar no gabinete. Quero entregar a ele, não como defesa do Governo, mas como defesa de uma obra que nós lutamos, conquistamos, e está acontecendo. Não foi conversa fiada, está saindo, não é uma obra politiqueira como alguns disseram, é uma obra que está com a sua realização em andamento. E aqui está a prova disso, é que já tem medição da obra para ser cobrada do Governo. É sinal que a obra está saindo.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer esse registro, hoje, aqui, até para que a Oposição - eu acho que a Oposição é importante, acho que a Oposição é maravilhosa, eu também gosto da Oposição, quero ser Oposição de vez em quando, aqui, também. Quando eu não estiver legal, eu vou dar umas bordoadas aqui também, isso faz bem

para nós. De vez em quando tem que pegar mesmo. Mas tem que ser a Oposição que fale o que é correto, não o que não é correto.

Então, aqui não estou desrespeitando o meu companheiro Plauto, por quem eu tenho um grande respeito, só estou trazendo aqui os documentos que mostram que o hospital está acontecendo. O resto do Paraná eu não sei, tem mais 23, 24, 21, 20, lá eu não me responsabilizo. Eu estou me responsabilizando por esse hospital que está saindo, a mediação está acontecendo. Nós só temos que elogiar o Governo.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado, o senhor me desculpe estar apartando V. Exa. Eu, na verdade, acompanhei os seus pronunciamentos no ano passado quando anunciou o início desse hospital, se não me falha a memória, foi logo depois das eleições, foi ali no final do mês de outubro. E acredito que o posicionamento do Deputado Plauto, ele não está presente, é que ele acha que com o tempo que foi anunciado esse hospital, eu acredito que ele achava que essa obra poderia estar mais adiantada. Acho que essa é a grande preocupação, pelo menos pelo que eu ouvi do Deputado Plauto, no dia de ontem.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Rossoni. Vinte dias de atraso, aqui está o edital, vinte dias. Quem mexe com empreiteiras, quem é empreiteiro, quem já foi Prefeito, sabe que uma obra de 540 dias, vinte dias se recuperam como em um ano letivo quando faltam uma ou duas, ou três aulas. Vai sobrar prazo. Então, está rigorosamente em dia, um pouquinho atrasado, vinte dias. Mas durante os 540 dias, a empresa vai conseguir manter o prazo. E o mais importante, para quem esperou, Deputado Rossoni, 180 anos, nós estamos lá sentadinhos no banco esperando. Estamos há 180 anos esperando ter um hospital do Governo na Cidade, um hospital regional. Estamos na fila de espera, tipo aquela fila que vai acabar a fila do SUS. Vai acabar nada, mas nós estamos na espera, estamos na fila do hospital! E agora esse hospital é uma realidade e está acontecendo. E eu quero convocar os Deputados que ainda não conhecem o hospital regional de Ponta Grossa, a obra está em andamento, já tem até medição, aqui têm as fotos de hoje que eu tirei, e ele está lá, a obra acontecendo. E tenho a certeza que foi uma grande vitória do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, que é a construção desse hospital. É uma obra que vai beneficiar o nosso povo, principalmente o povo dos Campos Gerais.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Lino Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Jocelito, ouço o seu pronunciamento e eu não dei a mesma deferência ontem ao Deputado

Plauto quando ele usava esta tribuna e questionava a construção do Hospital Regional em Ponta Grossa. Mas, se não me falha a memória, a certa altura ele se referiu a um dinheiro, se estava depositado ou não e em que conta. Acho que foi isso que ele pediu.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está aqui o documento que diz onde está o dinheiro e aqui está a medição que já foi feita primeiro. Então, tem que ter dinheiro.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Eu acho que foi esse documento que o Deputado Plauto estava pedindo ontem. Eu sei que o Governador Requião, aproveitando exatamente a campanha do ano passado, ele não falou só do Hospital Regional de Ponta Grossa, ele falou de trinta e poucos hospitais que estavam em construção ou 24, cento e poucos hospitais no Estado do Paraná e nós sabemos que se for vontade do Governador em levar esta Saúde mesmo ao Estado do Paraná, ele deverá dar prioridade, sim, à construção desses hospitais! Eu só espero que o Sr. Governador não venha tocar essas obras a passo de tartaruga, para no final do seu mandato entregar esses hospitais, equipá-los, talvez, pela metade, e fazer com que o futuro Governador do Estado do Paraná, a partir de 2011, tenha o compromisso de instalar, equipar e dar condições de atendimento à população do Estado do Paraná nestes hospitais. Eu espero que ele efetivamente faça aquilo que falou na campanha, porque os eleitores depositam seu voto na confiança de um plano de Governo que possa ser efetivamente implantado para a sociedade e é isso que eu espero que o Governador faça!

Não conheço a questão do hospital de Ponta Grossa, mas devo discordar de V. Exa. uma outra posição: falar que a população de Ponta Grossa espera há 180 anos, eu acho que 180 anos deve ter o Município de Ponta Grossa, então V. Exa. não pode dizer que Ponta Grossa está esperando há 180 anos na fila! Deputado Jocelito, isso V. Exa. pode dizer lá para o seu pessoal do programa de rádio, aqui no Parlamento nós não podemos brincar não! Ora, os 54 Parlamentares que assumiram a Cadeira em 1º de janeiro deverão ter o respeito também, ainda mais quando V. Exa. faz um pronunciamento belo e formoso, quando se fala da Saúde do nosso Estado. Não podemos brincar e dizer que há 180 anos estamos esperando!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Nós estamos esperando, nunca saiu, há 180 anos, por isso estou dizendo Deputado Elio, o Deputado Plauto reclamou de vinte dias, o senhor não acha que é uma brincadeira vinte dias de atraso numa obra? Há 180 anos estamos esperando para salvar vidas, Deputado Elio! Com os outros hospitais eu não tenho nada a ver, os outros hospitais são com os outros Deputados, eu estou cuidando do Hospital dos Campos Gerais, é desse que eu estou cuidando! Eu represento a região dos Campos

Gerais, estou cuidando desse hospital, ele está saindo e Ponta Grossa está esperando, sim, há 180 anos um hospital desses! Não tinha, vai ter agora, neste Governo!

Concedo o aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Jocelito, nosso aplauso pelo entusiasmo com que se refere a Ponta Grossa pela conquista do hospital, mas oportunamente temos que fazer um diagnóstico nesta Casa, os 54 Parlamentares, a respeito da Saúde Pública que eu diria estar em estado de coma.

Constantemente assistimos na televisão, ouvimos no rádio, lemos nos jornais um noticiário muito triste e pessoas morrendo aqui no Paraná por absoluta falta de vagas nas UTIs. Recentemente saiu um relatório da enorme quantidade de irmãos e irmãs, de gente do Paraná que morreu e a enfermidade não era tão grave, morreram porque não havia vagas nas UTIs.

Quando vemos, Deputado Jocelito Canto, às vezes, uma mulher na fila esperando um ano e oito meses por uma operação de varizes, gente precisando de uma cirurgia do coração, do pulmão, do rim, do fígado, esperando há quase dois anos na fila. Muitas vezes quando estas pessoas são convocadas, porque chegou a hora de elas serem operadas, não há mais necessidade da cirurgia porque elas já morreram, o paciente já morreu, a doença não agüentou esperar o momento da cirurgia.

Eu felicito V. Exa. e creio que vamos ter que debater amplamente este estado crítico, caótico, da Saúde Pública brasileira, em especial a do Paraná, porque a Saúde aqui, repito, na UTI, está em estado de coma pela falta de vagas nas UTIs, pela falta de leitos hospitalares!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Por isso estou feliz, Deputado Belinati! Se V. Exa. conhecesse o projeto desse hospital, Ponta Grossa viveu oito anos do Governo Lerner com dezessete leitos de UTI, hoje tem perto de quarenta e a expectativa de colocação de mais alguns, mas nesse hospital, só nesse hospital tem colocação para trinta leitos só em UTI, por isso estou feliz com esse hospital!

Por isso eu falo aqui e o Deputado Elio retruca que não são 180 anos, mas são trinta leitos de UTI que vêm na seqüência! Então, eu fico feliz porque essa obra é uma melhora na Saúde, fico feliz porque essa obra está saindo, não é papo furado. Os outros eu não sei, a nossa obra está saindo. E se alguém quiser ler, a cópia está aqui, posso fornecer para os senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, o Sr. Deputado Reni Pereira.

Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com muita honra e alegria assumi no dia da nossa posse a Liderança de um Bloco, mas antes de liderar esse Bloco constituído pelo PR/PRB, juntamente com o nosso partido PSB, eu já havia sido escolhido pelo nobre Deputado Fernando Ribas Carli Filho como Líder da nossa sigla nesta Casa. E com certeza somando com o Deputado Edson Praczyk e também com o Deputado Chico Noroeste, hoje podemos formar um Bloco no sentido de defender as idéias não só do PSB, mas também dos Partidos os quais formamos Bloco, tendo como Vice-Líder o Deputado Edson Pracz e o Deputado Fernando Ribas Carli.

A data de hoje talvez seja um dia histórico para o nosso Partido, aqui no Paraná, uma vez que não atingimos a cláusula de barreiras no Estado do Paraná. Fizemos mais de duzentos mil votos para Deputado Estadual, fizemos menos de quarenta para Deputado Federal, e segundo a resolução nacional do Partido, onde não atingisse isso, automaticamente o Partido onde era Diretório voltaria a provisório. E talvez na tarde de hoje estamos começando a reorganização do Partido, partindo da coerência que sempre norteou o Partido em termos nacionais. Aliás, em termos nacionais foi o 6º Partido a atingir a cláusula de barreira. E aqui no Paraná, infelizmente, nessa eleição não atingimos os objetivos citados pela Executiva Nacional e passamos à condição de provisório. E talvez hoje, como já afirmei, nós estejamos começando com o pé direito a reorganização do Partido. O tempo vai dizer.

O nosso Estado, além de nós dois Deputados que fomos eleitos pela sigla, eu e o Deputado Fernando Ribas Carli, tivemos outros companheiros que ficaram na suplência. Aliás, um dos nossos suplentes fez quase trinta e nove mil votos, teria sido eleito em qualquer outra sigla, menos na nossa. Mas são coisas do destino e infelizmente ele não chegou a esta Assembléia. Durante todo o mandato passado nós começamos, aqui, com três Deputados Estaduais, um dos quais o mais votado da história do Paraná, que posteriormente saiu do Partido porque tinha vontade de disputar a Prefeitura de Curitiba e naquele momento um outro Deputado Estadual da sigla que detinha a maioria no Diretório Municipal, e portanto tinha a preferência de disputar a Prefeitura pela nossa sigla do PSB. E seria importante para o Partido disputar na Capital para dar visibilidade e com certeza para o Partido crescer. Mas naquele momento a candidatura do PSDB, do atual Prefeito Beto Richa, despontava nas pesquisas e eu nunca tive nada e tenho certeza que naquele momento nem o Deputado Ratinho Júnior que fazia parte do Partido, nem o Deputado Luciano Ducci, não tínhamos nada contra o Governador Roberto Requião. Aliás, quando eu ingressei nesta Assembléia não tinha compro-

misso com nenhum grupo político anterior àquele que se fazia.

Recebemos uma determinação lá de Brasília, porque havia uma história e se é fato eu não sei, de que o Governador Roberto Requião havia acusado o ex-Presidente Nacional do Partido, de fraudar os títulos de Pernambuco. Então, do lado em que estivesse o Requião, o PSB no Paraná, teria que estar do lado oposto. Eu não conhecia os fatos e segui a determinação. Por coerência, permanecemos durante os quatro anos na Oposição, no PSB, depois veio o Deputado Scarpellini, veio a eleição e como eu já citei, a nossa sigla foi a mais difícil para vir para cá, mas viemos para cá pela coerência que sempre norteou o Partido e o que é que aconteceu? A candidatura do Beto Richa, naquela época, despontou e naquele momento o nosso Deputado foi a Brasília e dizia que do outro lado está o PT que é aliado histórico do PSB, mas lá está o Requião. Então nós temos que vir do outro lado e naquele momento, interessava também para o PSDB, que tem a Prefeitura na Capital, ter como aliado, como Vice, uma candidatura de esquerda, porque tirava voto do principal adversário que era o Ângelo Vanhoni. A Executiva Nacional permitiu, ainda era vivo o falecido Miguel Arraes, essa aliança, mesmo contra os princípios do Partido, por causa da dita história dos precatórios e foi feita aliança vitoriosa.

Elegemos dois Vereadores na Capital. Não deu seis meses, saíram do Partido, como também saiu o Vice-Prefeito. Foi para o PSDB. E é normal. Várias pessoas, aliás, nas últimas eleições nós sempre elegemos representantes nesta Casa e nunca ninguém terminou o mandato. Eu fui o primeiro Deputado a começar e terminar o mandato pelo PSB e é essa coerência que certamente, a partir de hoje, vai começar a nortear o crescimento do Partido. O então Deputado Luciano Ducci foi o Vice. Mudou para o PSDB e todos aqui conhecem a história.

Eu não critico ninguém por mudar de Partido. Cada um sabe porque saiu de uma sigla e foi para outra. Nós não somos juízes de ninguém. Quem tem que julgar é a população. A partir do momento em que foram, foram buscar oportunidade, e não porque são oportunistas. Afinal de contas, ele foi para o PSDB porque o PSDB mandava aqui na Capital. Se ele apoiou o Requião era porque o Requião mandava no Estado e continua mandando, graças ao apoio do grupo dele.

Agora, com certeza, nós vamos ter um excelente crescimento do PSB no Paraná, fazendo com que o retorno de pessoas que têm coerência, que têm fidelidade com o Partido contribua para a vinda de novas lideranças. É com isso que o PSDB vai se colocar a partir de agora no Paraná, como um Partido de coerência, que abre as portas para quem tem uma identidade com a esquerda e que, acima de tudo, quer ter um projeto de grupo e não um projeto pessoal. Nós não vetamos a vinda de ninguém. Eu falo em meu nome e em nome do Deputado Fernando Ribas Carli. Vem quem quiser para o Partido. É bem-vindo. Não falamos mal de ninguém. Respeitamos

quem pensa o contrário. Não vetamos porque não temos condições de vetar ninguém. Nem condições e nem prerrogativas para vetar, mas vamos cobrar coerência tanto dos que estão no PSB, quanto qualquer um que queira vir para o Partido, porque é o mínimo que o Partido pode ter para conosco que fomos fiéis com ele: a coerência.

É só isso que nós pedimos e esse meu discurso já foi encaminhado para todos os Deputados Federais, Senadores e Governadores do Partido. Com certeza, venha para cá quem quiser vir, mas a coerência vai ser o que vai nortear o crescimento do PSB aqui no Paraná.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como é a primeira vez que me dirijo à Assembléia, augurar a V. Exa., aos colegas e a toda a Mesa Executiva um mandato profícuo, que teve nosso apoio também, bem como a todos colegas.

Estou pedindo Pela Ordem em função de uma solicitação para que a Mesa proceda a retirada da pauta do item 01 que é o Projeto de Resolução nº 01/07, baseado no fato que de me parece a nossa Constituição Estadual, no seu artigo 61, disciplina os períodos de convocação e recesso. E o que a Mesa encaminha à resolução, fere a nossa Constituição. É claro que nada que uma proposta de Emenda Constitucional não resolva, mas para que não corramos o risco de ferirmos a constitucionalidade deste nosso projeto da Mesa, pediria que fosse retirado da pauta, votássemos uma proposta de Emenda Constitucional e aí pudéssemos, à luz da legalidade, votarmos a essa discussão que acho meritória, e já antecipadamente gostaria de parabenizar V. Exa. pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Procede Deputado Cheida a Questão de Ordem de V. Exa., aliás, outros Deputados hoje, o Líder do PMDB, Pugliesi, também nos alertava para essa questão. Ocorre que efetivamente nós recebemos ontem duas propostas. A Emenda Constitucional, a PEC que foi ingressada ontem pela Mesa, nós lemos essa proposta e ao mesmo tempo já formamos a Comissão que vai responder, fornecer o parecer a esta PEC. Seria pelo PT, Deputado Tadeu Veneri; pelo PMDB, Deputado Stephanes Júnior; pelo PFL; Deputado Osmar Bertoldi; pelo PP, Deputado Ney Leprevost; pelo PSDB, Deputado Francisco Bühner.

Portanto, nada impede que nós votemos hoje apenas a constitucionalidade deste projeto e só retornemos a segunda votação depois do parecer desta Comissão e aí sim, com a aprovação da PEC, porque é evidente e entendo que a ordem dos fatores não altera o produto, de

nada adiantaria nós alterarmos o nosso Regimento Interno se nós não alteramos a nossa Constituição.

V. Exa. está coberto de razão, como também o Deputado Pugliesi hoje nos alertava no momento em que recebeu a pauta, de que efetivamente uma coisa só terá validade depois da outra. Mas não vejo, Deputado Cheida, no que possa influir neste momento que nós apreciemos apenas em 1ª Discussão a apreciação deste projeto de resolução.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós discutimos com V. Exa. pela manhã esse projeto de resolução da Comissão Executiva.

Ele é louvável e logicamente acredito que todos nós Deputados faremos com que ele seja aprovado. Em função até da Questão de Ordem levantada pelo Deputado Cheida - e eu faria a mesma coisa logo em seguida - sugiro a V. Exa. para que nenhuma dúvida da legalidade deste procedimento pairasse, que V. Exa. adiasse, vamos dizer, para a Sessão de amanhã, ou quantas forem necessárias, até que nós procedamos da maneira correta. Primeiro, aprovação mudando a Constituição; depois, fazendo a modificação do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Procede a Questão de Ordem de V. Exas. e a Mesa acata a Questão de Ordem, até porque a aplicação deste projeto só dar-se-ia no período de julho. E nós sentimos nos nobres Deputados a inclinação, a sinalização, pelo menos, é pela aprovação do mesmo. Mas, a meu ver, particularmente, uma coisa não implicaria na outra. Mas, obedecendo a Questão de Ordem de V. Exa., nós adiamos, para que a preferência seja dada à PEC, que já encontra-se sobre a mesa e a Comissão também.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 005/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante decreto, transformar cargos em comissão, mantida a natureza de provimento e que não haja nenhum aumento de despesa para o erário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Artagão Júnior para representar esta Casa de Leis na reunião do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL - UPM, nos dias 01 e 02 de março, na cidade de Porto Alegre-RS. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Duílio Genari - Líder do PP, Cida Borghetti, Antonio Belinati e Ney Leprevost, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Duílio Genari como Líder do Par-

tido Progressista - PP. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Martins e Edgar Bueno, constante do expediente, comunicando a escolha do nome do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins como Líder do PDT - Partido Democrático Trabalhista. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes da Casa, para representar o Partido Progressista. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Martins na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes da Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Edgar Bueno, como membro efetivo da Comissão Especial de Reforma da Constituição e como membro suplente o seu próprio nome, para representar o Partido Democrático Trabalhista. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori, na qualidade de Líder do PSDB, comunicando que está assumindo a partir desta data, a Liderança do PSDB nesta Casa e indicando os nomes dos Srs. Deputados da Bancada do Partido para comporem as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar PSB/PR/PRB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes da Casa, para representar os Partidos do Bloco. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes da Casa, representando o Partido de Frente Liberal. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Elton Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados do Partido Trabalhista para comporem as Comissões Permanentes da Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando seu nome para responder pela Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Fábio Camargo, na qualidade de Líder do PTB, constante do

expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete), de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Nereu Moura, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste e Reni Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, informando viagem ao exterior no dia 01 de março do corrente ano, com retorno no dia 15 próximo, para tratar de assunto de interesse particular, conforme prevê o artigo 131, parágrafo 2º, inciso VI do Regimento Interno desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 01/07, de autoria da Comissão Executiva. Fica alterado dispositivo do Regimento Interno (inciso I do artigo 2º). **(Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Resolução).**

O item primeiro da pauta, atendendo à Questão de Ordem do Deputado Cheida, o projeto fica retirado de

pauta, voltando tão logo a aprovação da PEC, apresentada na data de ontem.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 02/07, de autoria da Comissão Executiva. Fica alterado dispositivo do Regimento Interno (parágrafo 4º do artigo 12.). **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Resolução).**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 50/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 143/06

Curitiba, 02 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra acusar o recebimento do Ofício nº 123/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 013/06, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre normas para apurar e punir servidores públicos de qualquer dos Poderes pela prática de assédio moral. Tal projeto de lei foi analisado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e pela Procuradoria Geral do Estado, tendo ambas considerado a medida inconstitucional, por vício de iniciativa (artigo 66 - II, da CE) do processo legislativo e não obstante, sem as mínimas condições justa e tranqüila exequibilidade.

Apresentando com o devido detalhamento o indiscutível ponto de vista acima expendido, é feita anexação do parecer nº 35/06, da Procuradoria Geral do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 013/06 encontra-se publicado no DA nº 041/06, de 11/05/06, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL Nº 050/2006

P A R E C E R :

Relatório

O presente Veto Governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do

Deputado Tadeu Veneri, a qual fixa penalidades aos servidores públicos estaduais em caso de prática de assédio moral, nas dependências de Administração Pública Estadual.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa para propor norma neste sentido é competência privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual. Remete ainda sua justificativa a um parecer da Procuradoria Geral do Estado que diz acompanhar as razões do veto, mas de fato não houve a referida juntada.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se verifica se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem a entenda desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em Plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição.

Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto.

No entanto, se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém a esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuricidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 15 de maio de 2006, ao passo que veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 2 de junho de 2006. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentando dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe que a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Projeto sobre esta matéria foi apresentado pelo mesmo autor ainda no ano de 2004, o qual foi aprovado nesta Casa, mas que recebeu veto governamental e que restou mantido no ano passado. Ao reapresentar o projeto

nesta Sessão Legislativa, pelo mesmo autor, esta Comissão aprovou um Substitutivo Geral deste Relator, com duas sub-emendas do Deputado Barbosa Neto, no qual, no nosso entender, cuidou-se rigorosamente, de excluir qualquer inconstitucionalidade. Desta forma, não procedem os fundamentos do veto quanto ao vício de iniciativa, vez que o autógrafo apresenta texto de lei que assegura a todos os usuários e servidores do Serviço Público Estadual, em qualquer de seus Poderes, cabendo a cada Poder, no âmbito e limite de sua competência, normatizar procedimentos de apuração e punição de eventuais infrações a esta lei, por parte de servidores públicos estaduais.

Não há, portanto, vício de iniciativa na presente proposição, pois não se legislou sobre servidores públicos especificamente, mas sim, fixou-se garantias fundamentais aos cidadãos em geral, inclusive servidores, de não serem submetidos à prática de assédio moral. Com este enfoque, indubitável que a matéria é de competência do Legislativo, com iniciativa de seus Pares.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do feito diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, com recomendação da insubsistência do veto.

Sala das Comissões, em 14.08.06

(aa)DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Sobre a referida proposição. Requerimento nº 082, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 04 (quatro) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 04 (quatro) Sessões da proposição nº 50/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 013/06.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 06/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC/ Nº 162/06

Curitiba, 22 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 151/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/06, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel, mediante desoneração progressiva de impostos estaduais e expedição de bônus, conforme especifica.

O veto apostado ao projeto de lei em referência, deve-se ao fato da inconstitucionalidade a que está eivado, eis que fere o preceito contido no artigo 155, da Magna Carta da República, que veda a pretendida forma de benefício fiscal e, ainda, porque desobedece a Lei Complementar Federal nº 101/00, que proíbe a decorrente renúncia de receita fiscal.

Por outro lado, é bom lembrar que o programa de utilização do biodiesel, vem sendo impulsionado pelo Governo Federal.

Em anexo, detalhando a impossibilidade de acolhimento à medida, é anexada cópia autêntica do Parecer nº 073/06, de 24 de maio de 2006, da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo titular daquela Pasta.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 009/06 encontra-se publicado no DA nº 052/06, de 31 de maio de 2006, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 060/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 009/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
INSPETORIA GERAL DE TRIBUTAÇÃO

Referência:

SID: 8.744.241-1

Interessado:

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Assunto:

Projeto de Lei nº 009/06. Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel do Âmbito do Estado do Paraná.

PARECER Nº 073/06

Pelo presente, foi submetida à apreciação do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Projeto de Lei nº 009/06, de proposição da Sra. Deputada Cida Borghetti, o qual dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná, mediante a desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais.

O benefício previsto na proposição corresponderá ao recebimento, pelo produtor de oleaginosas destinadas a fabricação de biodiesel, bem como pelo empreendedor que instalar usinas de biodiesel, de um bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

Estes bônus poderão ser utilizados no pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCMD, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, e do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, até o limite de vinte por cento do valor devido a cada incidência do tributo, sofrendo o valor do bônus, no caso deste pagamento, um desconto de quinze por cento.

Determina, ainda, a proposição, que estes bônus terão seu valor fixado anualmente pelo Poder Executivo, e serão emitidos com validade de cinco anos, a contar de sua emissão, corrigidos mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis à correção do imposto.

Por fim, este projeto de lei determina a necessidade de sua regulamentação, bem como autoriza a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, o qual deverá ser regulamentado por decreto do Executivo.

Justifica a proposição a necessidade do Poder Público fomentar a produção de biodiesel, cuja produção se encontra inviabilizada em face da ganância fiscal dos governos, sendo que além da proteção ao meio ambiente, esta produção gerará renda e melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Preliminarmente, importa salientar que a utilização deste bônus para pagamento de imposto, importa em redução de carga tributária, caracterizando um benefício fiscal.

Destacamos que qualquer benefício fiscal, relativamente ao ICMS, que importe em redução ou eliminação, direta ou indireta, dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de um convênio firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, nos termos da Constituição Federal:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Esta matéria está regulada na Lei Complementar nº 24/75, a qual foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, e, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, assim dispõe:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

A Lei Orgânica do ICMS no Estado do Paraná - Lei nº 11.580/96, também vincula a concessão de benefícios fiscais à aprovação unânime dos convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme seu artigo 3º :

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imu-

nidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o artigo XII, "g" da Constituição Federal.

Portanto, nos termos da legislação retrotranscrita, a dispensa do pagamento do ICMS pretendida somente pode ser concedida mediante convênio firmado no âmbito do CONFAZ.

A aprovação da presente proposição resultará na criação de uma moeda paralela, na forma de bônus, concedidos tão somente pela realização de atividades relacionadas com a produção de oleaginosas destinadas à produção de biodiesel ou pela instalação de usinas de biodiesel, os quais serão utilizados para o pagamento de tributos estaduais.

A aceitação desta nova modalidade de pagamento afetará ainda mais arrecadação do Estado, que não pode mais ser mitigada, considerando os inúmeros compromissos e metas de Governo, ambos dependentes do erário.

Ainda, o projeto de lei não determina parâmetros para a concessão deste benefício, somente para o seu uso, não sendo impossível a ocorrência de fraudes para a utilização dos mesmos por estabelecimentos não merecedores do benefício.

Não podemos esquecer que o setor produtivo vem recebendo tratamento diferenciado pela legislação, como a autorização para utilização dos créditos relativos aos insumos de transporte, a isenção ou o diferimento do pagamento do ICMS para determinadas mercadorias (produtos hortícolas), ou mesmo a redução da carga tributária, entre outros, medidas que visam o incremento e desenvolvimento de suas atividades.

Uma alternativa a ser considerada para a situação posta, seria a apresentação de um pleito junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, para que fosse concedida uma redução na base de cálculo das saídas promovidas pelos contribuintes já mencionados.

Ademais, não podemos esquecer da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Por fim, ressaltamos que parcela dos valores arrecadados relativamente ao ICMS e ao IPVA são repassados aos Municípios; desta forma, a dispensa dos tributos pretendida trará maior ônus ao erário estadual do que a inevitável queda na arrecadação.

Do exposto, opinamos desfavoravelmente ao Projeto de Lei nº 009/06.

Desta forma, o presente encontrar-se em condições de encaminhamento ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

Inspetoria Geral de Tributação, 24.03.06.

(a) MAYSA CRISTINA DO PRADO

Apoio Técnico

De acordo.

Encaminha-se ao Gabinete do Diretor.

(a) DURVALINO CAMPOS JUNIOR

Inspetor Geral de Tributação

De acordo.

Encaminha-se ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Fazenda

(a) LUIZ CARLOS VIEIRA - Diretor

Para encaminhar, Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir, mais uma vez, aos Deputados e Deputadas desta Casa, para que nos acompanhem na derubada desse veto. Já fizemos um pronunciamento no Pequeno Expediente colocando a nossa posição. E, caso mantido o veto, reapresentaremos o projeto, chamaremos a esta Casa seminários, audiências públicas, porque a produção de biodiesel está sendo discutida no mundo inteiro e o Paraná não pode ficar na contramão do mundo.

Gostaria de ressaltar que o Presidente Lula vai estar discutindo esse assunto com o Presidente dos EUA aqui em visita ao Brasil.

Muito obrigada!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Falando em Presidente Bush, quero mais uma vez deixar clara a minha posição, é uma ótima oportunidade de colocar esse indivíduo na cadeia. Esse criminoso internacional.

Em relação ao veto do Governador Roberto Requião, estamos pedindo à Casa que faça a manutenção do veto, porque o projeto de lei, apesar de ser louvável, fere a legislação pertinente que existe no País.

O Deputado Luiz Cláudio Romanelli fará a sustentação do veto colocado pelo Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encontramos na Ordem do Dia a justificativa técnica, elaborada pela inspetoria de tributação da Secretaria da Fazenda, que regulamenta a violação dos regulamentos que compõem a cobrança do imposto do ICMS no nosso Estado.

O projeto da Deputada Cida Borghetti, embora muito bem elaborado, está flagrantemente descumprindo a legislação estadual e federal.

O tema tem que ser regulamentado. É necessário que se faça um acordo através do CONFAZ e todas as Secretarias da Fazenda dos Estados. Além do que vamos abrir mão de Receita, tanto do Estado quando da parcela dos Municípios, porque estamos tratando de ICMS. Por isso é que, embora reconhecendo o esforço da Deputada

Cida e, é claro, a questão do biodiesel vai ser um tema que nós teremos que debater em profundidade, discutir muito e criar uma política de incentivo, mas, certamente há de se fazer uma discussão que este projeto de lei, que foi vetado, não permite, justamente pela possibilidade de termos uma negociação que possa ser derrubada.

Queria pedir aos nossos Deputados e Deputadas que integram a base de apoio ao Governo nesta Casa, para manter o veto que foi apostado pelo Governador Requião, embora reconhecendo os esforços da Deputada Cida e o mérito do projeto. Certamente, nós saberemos incorporar isso e, no momento apropriado, fazer uma legislação específica para poder promover o incentivo da produção de biodiesel no Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para discutir, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para colocar, Sr. Presidente, que eu entendo as razões do projeto que a Deputada Cida Borghetti apresentou, assim como a defesa feita pela manutenção do veto do Líder do Governo.

Conversei com a Deputada Cida Borghetti que, se não for derrubado o veto, nós do Partido dos Trabalhadores, que devemos votar pela manutenção do veto, estaremos fazendo um apelo para que possamos discutir este projeto e suas conseqüências, inclusive junto ao Governo Federal, que tem um Programa de Biodiesel e, na seqüência disso, reapresentar um projeto, se não igual, semelhante a este. A Deputada Cida Borghetti poderá reapresentá-lo já nesta legislatura e aí, obviamente, contemplando a economia solidária, os pequenos produtores e uma série de alterações que podem vir a ser feitas que, sem dúvida nenhuma, talvez, até sanado algumas dúvidas que hoje ocorrem, inclusive esta que é alegada pelo Governo de não cumprir o dispositivo da Lei nº 101.

Sr. Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores vamos votar pela manutenção do veto e, na seqüência, queremos discutir com a Deputada Cida Borghetti a possibilidade de termos um projeto que possa contemplar as justíssimas aspirações que tem a Deputada ao apresentar este projeto.

Eram essas as considerações.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para discutir, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Matérias que tratam de incentivos e programas. Queria dar uma sugestão: nas leis de planejamento estadual - LDO, PPA e o orçamento - deveriam estar previstos projetos e programas como estes, de incentivo. Então, a sugestão que faço à Deputada Cida Borghetti é para que façamos na LDO uma emenda, subscrita pelos Deputados que acharem conveniente assinar, para o Estado criar, por iniciativa dele, um programa de incentivo, que daí parte de iniciativa do Poder Executivo.

Tudo que é programa que gera renúncia fiscal a partir da Assembléia Legislativa do Paraná é considerado projeto inconstitucional. Portanto, se nós fizermos na LDO é possível programar no orçamento anual do Governo, por parte do Poder Executivo. Portanto, acho que é uma boa saída. Acredito que nenhum dos Deputados se furtará em assinar uma iniciativa como essa.

Parabéns pela iniciativa! O mérito é louvável, mas a Bancada do PT acompanhará a orientação do Governo, em função dos motivos já expostos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na verdade, Deputada Cida Borghetti, quando V. Exa. apresentou este projeto na Legislatura passada ainda, o mesmo teve a aprovação unânime nesta Casa. Devo confessar a V. Exa. que não tenho estudado o projeto, mesmo porque o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça sob sua constitucionalidade. Ele passou nas outras comissões afins e veio para o Plenário e obteve a aprovação unânime. Lógico, todos nós sabemos que temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado, o Poder Público não pode renunciar alguma receita. Mas, esta Assembléia Legislativa, Deputada Cida Borghetti - e gostaria muito que os Deputados que dão sustentação ao Governo aqui na Assembléia, que lembrassem que esta Casa aprovou uma lei, chamada Lei Anibal Khury, que dá exatamente os incentivos para as empresas que venham se estabelecer no nosso Estado.

Deputado Nelson Justus, quando a lei foi implantada no nosso Estado, V. Exa. era o Secretário da Indústria e Comércio do nosso Estado. E o nosso Estado valeu-se desta lei para atrair diversos investimentos.

Faço um pedido especial à Bancada do PT. Sabemos que o Governo Federal, o Lula, é um dos maiores incentivadores do biodiesel no nosso País. Agora, estranhamente, vejo a Bancada do PT falar aqui na tribuna que eles vão manter a posição do Governo e vão manter o veto.

Ora, Srs. Deputados, o Presidente da República é a autoridade máxima do Partido. É o PT. O Líder Nacional é nada mais nada menos que o Presidente da República. Aliás, foi o Presidente da República que convidou o Governador do Paraná e mostrou aquela semente de mamona, que seria utilizada para a fabricação do biodiesel. E ele hoje abre as portas do nosso País para receber os investimentos nacionais e estrangeiros para a instalação do biodiesel.

Deputado Antonio Belinati, estive no Show Rural em Cascavel e acredito que muitos Deputados também foram àquele show. Diversas empresas do Brasil inteiro estavam expondo os seus maquinários de extrair exatamente o óleo da mamona e dos outros produtos do nosso Brasil.

Agora, a Deputada Cida Borghetti apresenta um projeto de lei para o Estado do Paraná com o objetivo único de incentivar as empresas que venham para o Estado do Paraná, Deputado Romanelli - Líder do Governo, que venham e não optem por outros Estados e o Governo do Estado veta este projeto, arguindo a incostitucionalidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal pelo que entendo, não permite que você renuncie a receita. Estamos incentivando para que novas empresas possam se estabelecer no Estado do Paraná. Essa receita ainda não existe. Com essa empresa que virá para o Estado, vamos aumentar a receita. Não estamos renunciando, estamos oferecendo incentivos para que essa empresa possa se estabelecer.

E se queremos discutir, por outro lado, dizer que a lei tem que ser de iniciativa exclusiva do Governador, Deputado Romanelli. V. Exa. esteve aqui no passado, mas, foi a Bancada do PMDB que apresentou um projeto aqui na Assembléia e que foi sancionado pelo Governador do Paraná Roberto Requião, isentando do pagamento do "Panela Cheia" feito pelo Banestado. Quer dizer, isso não foi inconstitucional? Isso foi flagrante: a constitucionalização do projeto.

A Assembléia apresentou, através dos Deputados do PMDB e V. Exa. não esteve aqui. O Governador sancionou um projeto de iniciativa exclusiva do Executivo. Agora, estamos apresentando um projeto. Eu poderia dizer a V. Exa. Deputada Cida, que foi muito feliz, com o mesmo objetivo que o Deputado Anibal que está lá em cima olhando por nós, neste momento, quando apresentou um projeto de incentivo à industrialização do Estado do Paraná. O Governador, sim, poderia ter sancionado, porque se nós, Deputado Cheida, V. Exa. que foi Prefeito na Cidade de Londrina, como o Deputado Antonio Belinati também, da segunda maior cidade do nosso Estado e a terceira maior do Sul do Brasil, sabem daquilo que precisamos. O Poder Público precisa da Receita. Como é que nós vamos aumentar a nossa Receita? Agregando valores. Como é que vamos agregar valores? Através da industrialização. Não é na produção da matéria-prima que vamos agregar valores. É transformar a matéria-prima em produto final.

Esse é o objetivo da lei da Deputada Cida Borghetti. Parabenizo V. Exa.

Faço um pedido especial aos Deputados do Estado do Paraná e, especialmente, aos Deputados do PT, que sigam a orientação do Presidente da República, que é o maior incentivador do projeto do biodiesel no nosso Brasil. Vamos derrubar esse veto e fazer com que o Paraná possa ser o primeiro Estado

a oferecer incentivos para que as empresas venham se estabelecer no Estado do Paraná, oferecendo dessa forma a mão-de-obra que precisamos e agregar valores para o Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, eu ouvi falar, aqui, em mamonas, que o Deputado Elio Rusch não se cansa de citar aquele episódio, em Brasília, com o Governador. Ouvi também o Deputado Elio Rusch falar a respeito da questão do PT votar contra o Governo.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. sabe que o PT neste momento faz parte do Governo ou a grande maioria dos companheiros do PT estão aliados com o Governo e, dificilmente, vão atender ao seu pedido, porque o Presidente André Vargas que durante quatro anos esteve nesta Casa e sempre foi um crítico áspero do Governo Requião, criticando-o e questionando-o e, agora, quase virou Secretário. V. Exa. está pedindo o impossível, que o PT, mesmo o André Vargas não estando aqui, ele é o Presidente do Partido e, naturalmente, colocou dois, três Secretários do Governo e o PT vai votar com o Governo.

Sr. Presidente, nessa questão da mamona, têm uns que comem mamona, às vezes por não perceber se é mamona ou chocolate. Mas teve muita gente neste Paraná que comeu caviar com o dinheiro roubado do Banestado, assaltado do Banestado e que até hoje não se vê nada. O Governador comeu mamona e não sei se fez mal, mas teve gente que comeu caviar com o dinheiro do Banestado e o Paraná paga todo mês, 65 milhões. Onde está o Ministério Público, para chamar a atenção dessas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. está desencaminhando a questão. Não é este o assunto que estamos encaminhando. Por decisão desta Mesa, desta Presidência, estamos fazendo uma deferência especial ao encaminhamento de V. Exa., porque já encaminharam cinco Deputados, dois favoráveis ao veto e três contrários. Portanto, V. Exa. tem um minuto para concluir, desde que seja dentro do assunto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Discutir**)

Dentro do assunto, Sr. Presidente. É preferível comer mamona do que caviar roubado do Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à votação nominal.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal. Aqueles Deputados que forem favoráveis ao veto, responderão SIM e os Deputados que forem contrários ao veto, responderão NÃO. Para a derrubada do veto deveremos ter 28 votos NÃO.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Douglas Fabrício**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para justificar a ausência do Deputado Augustinho Zucchi que está neste momento na Cidade de Pato Branco, acompanhando uma cirurgia do seu pai.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente justificado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Douglas Fabrício**)

Sr. Presidente, 47 Srs. Parlamentares votaram. Trinta pelo SIM, dezessete pelo NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta, portanto, **mantido o veto e rejeitado o projeto**.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar o nosso agradecimento aos colegas que se manifestaram a favor da derrubada do veto e aos dezessete Deputados que nos acompanharam nesta derrubada. E reafirmar a esta Casa que nós iremos reapresentar o projeto e muitos colegas que votaram com a expressão SIM vão estar conosco discutindo novamente esse projeto. E tenho certeza que logo vamos encaminhar a esta Casa e vamos obter sucesso.

Muito obrigada ao Deputado Tadeu, que vai estar conosco assinando esse novo projeto; ao Deputado Elio, ao Deputado Elton Welter, também, vamos todos discutir, a Deputada Rosane, esse importante projeto para o Estado do Paraná.

Muito obrigada.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 083 e 133, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 084, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Em discussão.**

Requerimentos nºs 099, 103 a 107, 121 a 127, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 111, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 112 e 132, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 113, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão conforme artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 134, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Procuradoria Geral, para Parecer.**

Requerimento nº 114, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 115, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 128, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 139, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, com apoio dos Srs. Deputados Ribas Carli Filho e Antonio Anibelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um comunicado à Casa. Estou vendo que V. Exa. está fazendo a leitura da indicação dos

Líderes dos Partidos. Aproveito, com a sua autorização, para fazer um convite a todos os Deputados que quiserem fazer parte da Oposição, na próxima terça-feira, após a Sessão, e já peço autorização para V. Exa. para que possamos usar a biblioteca para fazermos uma reunião dos Deputados que farão parte da Bancada da Oposição.

Então, fica aqui o convite a todos os Deputados que quiserem fazer parte da Oposição, depois da reunião de terça-feira nós estaremos reunidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e concedido.

Esta Presidência, antes de encerrar a Sessão, solicita aos Deputados: Tadeu Veneri, Sthephanes Júnior, Osmar Bertoldi, Ney Leprevost e Francisco Bühner, que foram respectivamente indicados pelos seus Partidos como membros da Comissão Especial de Reforma da Constituição para opinar sobre a proposição que vai diminuir o recesso parlamentar, que por gentileza se reúnam para apreciar o seu parecer.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 02/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 036/06.

Levanta-se a Sessão.

